



O SOME ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DA ESCOLA EDUARDO ANGELIM II

Eliane Lacerda Castro (Autora)

Discente, Universidade Federal do Pará – llacerda687@gmail.com

Dalva Maria Foro da Costa (Co-autora)

Discente, Universidade Federal do Pará - dalvacosta.edcampo@gmail.com

Ivana Cunha Goés (Co-autora)

Discente, Universidade Federal do Pará – ivanagoes2016@gmail.com

Lucielma Lobato Silva (Orientadora)

Doutoranda, Universidade Federal do Pará – lucielma.lobato@gmail.com

GT11: EDUCAÇÃO DO CAMPO, PEDAGOGIAS DO CAMPO

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa de investigação científica realizada no período: “tempo comunidade”, na pedagogia da alternância vivenciada no curso de Graduação em Educação do Campo. O mesmo teve como foco a modalidade do ensino médio através do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). Por meio deste trabalho objetiva-se discutir a realidade e vivência dos alunos atendidos pelo SOME, na escola Eduardo Angelim II, localizada a 20 km da sede do município de Acará, Pará. Sendo o mesmo uma oportunidade de aprendizagem que se constitui em desafios para os alunos do campo. Para realização do mesmo utilizou-se uma metodologia baseada na pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas, com o uso de questionário pré-elaborado e questões abertas aplicadas a sete entrevistados: gestor escolar, professores, orientadores, comunidade e estudante da escola, que através da mesma apresentaram inúmeras questões, como por exemplo, os desafios em relação à estrutura física da escola, sala inadequada para atender esses alunos, alimentação, casas dos professores e transporte escolar sendo este um dos maiores desafios mencionado. Todas essas questões repercutem no ensino e aprendizado dos alunos, dentre tantas outras, vivenciadas constantemente. Mais apesar de todas essas situações negativas, consideram uma oportunidade única, para cursar o ensino médio, pelo fato de muitos alunos já possuírem família, trabalho e tantas outras responsabilidades. Por mais que residam em outras comunidades e precisem se deslocar diariamente, o SOME na localidade facilita o acesso desses sujeitos à educação formal, tornando-se mais eficaz, do que ter que deslocarem-se para sede do município. Porém o SOME, atualmente vem sendo ameaçado pela implantação do Sistema de Ensino Interativo (SEI) que será ainda mais dificultoso para esses sujeitos do campo, por ser uma modalidade de estudo EAD. Apesar desses desafios existe a LEI 7.806,29/04/2014, que garante os direitos desses sujeitos ao ensino médio modular.

Palavras-Chave: SOME. Desafio. Oportunidade.

INTRODUÇÃO

Discutiremos neste trabalho como o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) contribui para o desenvolvimento educacional de ensino médio na escola Eduardo Angelim II. Com o propósito de apresentar a realidade e vivências desses alunos, bem como os desafios enfrentados por muitos que buscam concluir o



Figura 01: E.M.E.I.F. Eduardo Angelim II

Fonte: Da acadêmica Eliane Lacerda, 2016.

Segundo depoimentos da equipe diretiva a escola implantou o Sistema de Organização Modular Ensino no ano de 2009, por existir na região uma grande demanda de estudantes que haviam concluído o ensino fundamental e encontravam



dificuldades no deslocamento para estudar na sede do município, sendo que não tinham condições e nem apoio da gestão municipal. A comunidade então viu a necessidade de

lutar pela oferta do ensino médio na escola, como relata o coordenador pedagógico. Os estudantes sentem-se privilegiados e pretendem concluir o ensino na mesma. Neste sentido Mantoan afirma que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao outro: que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O outro é alguém essencial para a nossa constituição como pessoa [...]. (MANTOAN, 2004, p. 81).

Com base na afirmação do autor, fica evidente que a instituição beneficia estes alunos o direito a educação, visando o aprendizado sem sair da sua própria localidade.

Segundo a lei 7.806/14, para haver o funcionamento do SOME é firmado um convenio técnico entre estado e município para garantia de transporte, alimentação, casa dos professores e livros didáticos. Ao município cabe garantir espaço físico para serem ministradas as aulas.

Em relação ao calendário da escola o mesmo é adequado à realidade dos alunos, onde muitos destes moram em oito localidades distintas e distantes da escola, então esse atendimento na instituição ocorre no horário da tarde das 13:30h às 17:30h.

Mesmo o SOME não recebendo nenhum recurso financeiro da escola Eduardo Angelim II, mais todas as ações pedagógicas, festividades, feiras de ciências, merenda transporte os alunos participam juntos com os alunos do ensino regular.

Segundo relatos de alunos, a relação com os professores é harmoniosa, os mesmos conseguem transmitir conhecimentos. Portanto ao se tratar da estrutura escolar, é boa mais precisa melhorar. Os meios de transporte utilizados pelos alunos da comunidade estudada são: barco, lancha e ônibus, em alguns momentos pela falta do transporte muitos vem de rabetá, carona ou a pé. Segundo Egami afirma que

"Quanto maiores são as barreiras físicas e mais baixas a situação financeira do aluno, maior é a dependência do transporte para se chegar à escola. O não fornecimento de um meio de transporte pode acarretar no não comparecimento do professor e de muitos estudantes às aulas". (Egami ET AL, 2008, p.3.)

Dentre todos os problemas levantados durante a pesquisa a falta de transporte é a que mais afeta no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.



CONTEÚDO EDUCACIONAL

Em entrevista com o professor do SOME o mesmo afirma que trabalha o conteúdo de sua disciplina de forma contextualizada com a realidade do aluno. Dessa forma os discentes conseguem ter melhor compreensão dos temas trabalhados em sala. Conforme o Art. 4º da Lei nº 7.806/14. O Ensino Modular no parágrafo III enfatiza que “valorizar atividades curriculares e pedagógicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, baseando-se na economia solidaria e na inclusão dos povos que vivem no campo”. Neste sentido, o professor X entrevistado afirma em seu relato que:

“Leciono nas disciplinas de filosofia e sociologia, no sistema organizacional modular de ensino (SOME), na escola Eduardo Angelim II desde o ano de 2009 quando a escola aderiu essa modalidade. Mudou bastante o perfil dos alunos nessa modalidade no decorrer do tempo antes eram pessoas adultas, pais de família, hoje o perfil dos meus alunos é diferente, hoje são jovens muitos novos, trabalhadores rurais, por essas razões procuro relacionar os conteúdos com a realidade que vivem, assim torna mais fácil à compressão. A eficácia está sendo muito boa no SOME no município de Acará, pois houve um alto índice de aprovações no vestibular este ano, sendo alunos desta modalidade, posso dizer que já é uma grande conquista” (Professor X).

No relato do mesmo observa-se a forma que ele trabalha esses conteúdos tornando mais fácil a compreensão, devido trabalhar a realidade desse aluno. Arroyo afirma que:

Muitos (as) educadores (as) avançam na garantia desse direito, fazendo da sala de aula um espaço de formação das crianças como leitores de si mesmos, de sua realidade, de mundo, dos sentidos e sem-sentidos de suas vivencias, sua história, suas memórias e identidades coletivas. (ARROYO, 2011, p.86).

A escola sofre dificuldades durante os períodos de produção das safras de pimenta do reino, açaí, entre outros produtos regionais como também a produção da farinha de mandioca, sendo que nessa temporada, é comum haver um índice elevado de evasão dos alunos para trabalhos na agricultura familiar.

Sobre o envolvimento da comunidade nas ações da escola, Charone ressalta que:



a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação. A instituição escolar é lugar de aprendizado de conhecimentos, de desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, e estéticas e também de formação de competências para participação na vida social, econômica e cultural. (CHARONE, 2009, p.72).

Na questão cultural a escola é neutra, trabalhando o pedagógico e o cultural mais sem ferir nenhum princípio dos indivíduos, pois há uma grande diversidade cultural e religiosa na comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, o trabalho foi de suma importância para termos melhor compreensão dos que vivenciam o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) no campo. Na Escola Eduardo Angelim II, foi possível constatar as dificuldades que esses atores encontram para que tenham seus direitos atendidos. Para investigar essa questão vários aspectos na escolar foram trabalhados. A educação do campo torna-se uma proposta que se fundamenta a partir de lutas objetivas na construção de mundo em que os alunos aprendam a dispor suas histórias e realidades e passem a ser autores responsáveis de suas conquistas. A comunidade em pesquisa é uma amostra dessa organização que busca seus direitos mesmo mediante as circunstâncias de precariedade de vários fatores tais como transporte escolar, estrutura física da escola inadequada. Com isso podemos concluir que o SOME é uma política pública essencial para a garantia do direito a educação dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHARONE, Alexandra. MACEDO, Carmem Denise Gaia Cavalleiro de. DIAS, Shirley Maria. **Escola Pública: Dificuldades de Aprendizagem**. Ed. Brasília, DF, 2009.

EGAMI, Cintia Yumiko ET AL. **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural**. Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes –



LEI Nº 7.806, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, R. MENEGHETTI, R. G. K. (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.